



PORTARIA N. 176, DE 27 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2019, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS															
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	83.060.406,02	85.318.035,34	83.580.833,22	83.866.898,30	84.077.052,43	84.793.715,82	133.495.741,82	105.786.537,55	121.519.798,27	90.713.776,94	91.245.100,07	91.111.195,71	1.138.569.091,49	6.560.711,37	1.145.129.802,86	
Pessoal Ativo	54.210.864,58	56.892.720,22	55.197.292,05	55.185.272,52	55.534.849,59	56.087.712,91	89.430.638,35	75.776.289,86	75.617.639,99	59.884.788,56	60.286.474,27	59.865.331,63	753.969.874,53	6.520.384,81	760.490.259,34	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	46.375.487,43	48.934.843,21	47.265.155,06	47.469.518,77	47.752.943,14	47.767.989,47	73.539.714,00	67.831.248,40	67.153.775,40	51.461.703,47	51.919.214,56	51.654.098,54	649.125.691,45	6.481.715,35	655.607.406,80	
Obrigações Patronais	7.835.377,15	7.957.877,01	7.932.136,99	7.715.753,75	7.781.906,45	8.319.723,44	15.890.924,35	7.945.041,46	8.463.864,59	8.423.085,09	8.367.259,71	8.211.233,09	104.844.183,08	38.669,46	104.882.852,54	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.849.541,44	28.425.315,12	28.383.541,17	28.681.625,78	28.542.202,84	28.706.002,91	44.065.103,47	30.010.247,69	45.902.158,28	30.828.988,38	30.958.625,80	31.245.864,08	384.599.216,96	40.326,56	384.639.543,52	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	24.640.129,08	24.211.239,73	24.158.033,14	24.481.022,46	24.347.099,91	24.448.284,55	37.592.837,22	25.729.519,61	39.236.866,61	26.341.761,74	26.513.610,61	26.778.633,06	328.479.037,72	40.326,56	328.519.364,28	
Pensões	4.209.412,36	4.214.075,39	4.225.508,03	4.200.603,32	4.195.102,93	4.257.718,36	6.472.266,25	4.280.728,08	6.665.291,67	4.487.226,64	4.445.015,19	4.467.231,02	56.120.179,24	0,00	56.120.179,24	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.038.738,37	28.484.741,08	28.446.546,44	1.798.109,65	148.559,46	139.587,12	239.958,43	808.045,76	46.003.973,64	30.892.249,34	31.004.360,07	31.343.069,28	228.347.938,64	512,49	228.348.451,13	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	48.194,65	35.186,75	38.368,79	112.043,11	110.555,49	114.867,71	215.095,64	106.368,23	24.748,75	18.150,79	20.704,60	17.827,46	862.111,97	512,49	862.624,46	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	141.002,28	24.239,21	24.636,48	146.516,49	38.003,97	24.719,41	24.862,79	701.677,53	77.066,61	45.110,17	25.029,67	79.377,74	1.352.242,35	0,00	1.352.242,35	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.849.541,44	28.425.315,12	28.383.541,17	1.539.550,05	0,00	0,00	0,00	0,00	45.902.158,28	30.828.988,38	30.958.625,80	31.245.864,08	226.133.584,32	0,00	226.133.584,32	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	54.021.667,65	56.833.294,26	55.134.286,78	82.068.788,65	83.928.492,97	84.654.128,70	133.255.783,39	104.978.491,79	75.515.824,63	59.821.527,60	60.240.740,00	59.768.126,43	910.221.152,85	6.560.198,88	916.781.351,73	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	818.616.620.128,93	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	916.781.351,73	0,111992%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.832.137.671,34	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.740.530.787,78	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.648.923.904,21	0,201428%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 07/05/19, às 14h10min

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a.) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b.) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-
PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.145.129.802,86
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	228.348.451,13
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	916.781.351,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,111992%

				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,224450%	1.837.385.003,88
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 5/2005	0,224276%	1.835.960.610,96
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 26/2006	0,224226%	1.835.551.302,65
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 177/2013	0,223809%	1.832.137.671,34
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Lúcio Guimarães Marques
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Diocésio Sant'Anna da Silva
Secretário de Auditoria Interna